

O ESTUDO DOS GRUPOS PRÉ-HISTÓRICOS CERAMISTAS DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PERNAMBUCO: RESULTADOS PRELIMINARES

THE STUDY OF PREHISTORIC CERAMIC GROUPS OF THE MUNICIPALITY OF TRIUNFO-PERNAMBUCO: PRELIMINARY RESULTS

Fabiano Henrique do Nascimentoⁱ

Cláudia Alves de Oliveiraⁱⁱ

Resumo: Áreas de brejo sempre foram propícias para a ocupação de grupos pré-históricos devido ao clima mais ameno, solos mais férteis e maior disponibilidade de água. Essa pesquisa apresenta o resultado do levantamento de sítios arqueológicos realizado no município de Triunfo, no Estado de Pernambuco. Em grande parte da área prospectada, verificou-se considerável quantidade de artefatos do período histórico, dos séculos XIX e XX, como fragmentos de grés, louças, cerâmicas populares, vidros, além de materiais construtivos. Em contrapartida, durante as pesquisas de campo realizadas em 2013 e 2020, não foram identificadas evidências de grupos pré-coloniais na área de brejo de altitude. Porém, a identificação de vasilhames cerâmicos de grupos Tupi no Pediplano Central do Planalto da Borborema no município supracitado abre um leque de discussões nos mais variados temas, como a expansão e a mobilidade desses grupos no semiárido de Pernambuco. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter inicial que procura ampliar o quadro de informações sobre os grupos pré-históricos, em particular os que produziam a cerâmica. **Palavras-Chave:** Triunfo; Reconhecimento Arqueológico de Território; Grupos Pré-históricos Ceramistas.

Abstract: Swamp areas have always been favorable for the occupation of prehistoric groups due to the milder climate, soils more fertile and greater availability of water. This research presents the result of a survey of archaeological sites carried out in the municipality of Triunfo. In a large part of the prospected area, it was found a considerable amount of artifacts from the historical period, of the XIX and XX centuries, like stoneware fragments, disheware, popular ceramics, glasses, in addition to building materials. In contrast, during field research conducted in 2013 and 2020, no evidence of precolonial groups was identified in the high-altitude marsh area. However, the identification of ceramic vessels from Tupi groups in the Pediplano Central Plateau of Borborema in above mentioned municipality opens up a range of discussions on the most varied topics, such as the expansion and mobility of these groups in the semiarid region of Pernambuco. It is, therefore, of an initial research that seeks to expand the information on prehistoric groups, in particular those produced ceramic. **Key Words:** Triunfo; Archaeological Territory Recognition; Prehistoric Ceramic Groups.

ⁱDoutorando no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: fabiano.henrique@ufpe.br

ⁱⁱDocente do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: claudia.oliveira@ufpe.br

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do estudo da ocupação dos grupos pré-históricos ceramistas do município de Triunfo, localizado na bacia do rio Pajeú, semiárido pernambucano. Tal município é composto por dois grandes compartimentos de relevo, Serras Ocidentais do Planalto da Borborema e Pediplano Central, que possuem diversidade altimétrica, pluviométrica e ecológica.

O projeto inicialmente estava restrito ao brejo de altitude, situado nas Serras Ocidentais, buscando diminuir as lacunas ainda existentes sobre o mapeamento e comportamento de grupos pré-históricos ceramistas nessas áreas de exceção. Porém, durante os trabalhos de campo na área de brejo, soubemos da identificação fortuita de vasilhames cerâmicos completos no Pediplano. Após análises dos artefatos cerâmicos, percebemos o potencial arqueológico do local e decidimos ampliar o projeto para contemplar os dois compartimentos de relevo do município e estudar tal sítio com mais afinco.

A ocupação de grupos ceramistas em áreas de brejo de altitude vem sendo registrada e documentada desde a década de 1980, em Santa Cruz da Baixa Verde, município limítrofe a Triunfo e que na época era distrito deste, emancipando-se em 1991. Dessa forma, busca-se dar continuidade aos trabalhos anteriores para ampliar o leque de informações sobre esses grupos, com o intuito de responder, posteriormente, questões sobre a tecnologia cerâmica, cronologia, áreas de atividades, relações com outros sítios etc.

As Serras Ocidentais do Planalto da Borborema, compartimento de relevo que propicia o brejo de altitude nos municípios supramencionados, estão presentes no semiárido de três estados nordestinos: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. É nesse compartimento onde encontramos o segundo ponto mais alto de Pernambuco, justamente em Triunfo; e o ponto mais alto da Paraíba, o Pico do Jabre, no município de Maturéia, com 1197 m de altitude (Ibge, 2019).

Apesar do conhecimento ainda limitado sobre o processo de ocupação de grupos pré-históricos ceramistas que ocuparam as Serras Ocidentais do Planalto da Borborema como um todo, temos exemplos em cada um dos estados supracitados da presença de sítios arqueológicos vinculados a esses grupos, os quais foram associados à tradição Tupiguarani.

Ao longo do estado de Pernambuco, no sentido Leste-Oeste, encontramos evidências tanto de cerâmica filiada à caçadores coletores que incineravam os mortos e ocupavam abrigos sob rocha (principalmente no agreste pernambucano), quanto relacionadas à grupos ceramistas horticultores que ocupavam aldeias a céu aberto, situadas em todas as regiões do estado (Oliveira, 2002).

As pesquisas arqueológicas sistemáticas no semiárido pernambucano, com o tema grupos ceramistas, iniciaram na década de 1960 com os trabalhos de Valentín Calderón no médio curso do rio São Francisco, onde foram definidas as fases Cabrobó e Curaçá a partir de sítios cemitérios com cerâmica característica. Tais fases foram associadas à subtradição Corrugada da Tradição Tupiguarani (Calderón, 1967; Oliveira, 2002). Outras pesquisas foram desenvolvidas no médio São Francisco, na Chapada do Araripe, em particular no município de Araripina; e no Agreste onde encontra-se, como por exemplo o sítio Alcobaça, com uma cronologia para a produção cerâmica em torno de 4.200 anos (Oliveira, 2006; Oliveira *et al.*, 2006).

As pesquisas na região semiárida foram retomadas na década de 1980, na Chapada do Araripe, por Marcos Albuquerque, através do projeto *Os Grupos Ceramistas Agricultores do Semiárido Pernambucano*, cujo objetivo principal era o estudo dos processos de ocupação e adaptação dos grupos de horticultores pré-históricos no semiárido pernambucano. Os sítios encontrados foram filiados à tradição arqueológica Tupiguarani, contrariando, segundo Albuquerque (1991), o padrão de assentamento “tradicional” desses grupos.

Considerando a importância ecológica e o grande potencial arqueológico dos ambientes de brejos para os grupos pré-históricos, foi iniciado o levantamento arqueológico no município de Triunfo, utilizando o método do Reconhecimento Arqueológico de Território (Sanjuán, 2005). O emprego de tal método tem como objetivo identificar os grupos que ocuparam no passado, tanto as Serras Ocidentais do Planalto da Borborema, (onde encontra-se o brejo de altitude), quanto o Pediplano Central.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter inicial que procura ampliar o quadro de informações sobre os grupos pré-históricos, em particular os que produziam a cerâmica. Desta forma, apresenta-se os resultados preliminares da pesquisa sobre a ocupação de grupos pré-históricos ceramistas no município de Triunfo, localizado na bacia do rio Pajeú, sertão pernambucano.

Os Grupos Pré-Históricos Ceramistas em Pernambuco

Os grupos pré-históricos ceramistas ocuparam, conforme Albuquerque (1991), todas as mesorregiões, do litoral ao sertão, do estado de Pernambuco. Esses grupos, pertencentes à tradição Tupiguarani, viveram em diversos tipos de ambientes, compreendidos entre o extremo Leste e o extremo Oeste do estado, o mangue, a restinga, a mata e o semiárido.

Na década de 1990, ainda sob influência teórico-metodológica do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica – Pronapa, os grupos pré-históricos do sertão apresentariam duas fases: Araripe e Croatá. A primeira estaria localizada nos limites pernambucanos da Chapada do Araripe e se constituía como a maior ocupação de grupos Tupiguarani no semiárido do estado. Apresentariam aldeias aproximadamente circulares e ocas de tamanhos variados. Esses grupos produziam cerâmica com pasta, onde se observa o antiplástico bem distribuído e boa sinterização de queima, formas quadranguloides e circulares, com decoração pintada de vermelho sobre engobo branco e decoração plástica como bordas talhadas e ponteadas. A área apresenta solo e clima favorável ao cultivo da mandioca (Albuquerque, 1991).

A área do semiárido volta a ser alvo de novas pesquisas arqueológicas em 2005, através do projeto *Os Grupos Pré-históricos Ceramistas da Chapada do Araripe*, sob a coordenação da arqueóloga Cláudia Oliveira, também da Universidade Federal de Pernambuco. Nesse período, procurava-se, entre outros objetivos, verificar a relação desses grupos com aqueles pré-históricos localizados no Parque Nacional Serra da Capivara, sudeste do Piauí (Oliveira *et al.*, 2006). Desta forma, foram cadastrados 26 sítios arqueológicos, lito cerâmicos e oficinas líticas distribuídos nas duas principais unidades geoambientais do município de Araripina, a Área da Chapada e o Vale Fluvial (Patamar Sertanejo).

Posteriormente, em 2017, através do projeto *Os Grupos Pré-históricos Ceramistas da Chapada do Araripe: Cronologia, Dieta Alimentar e Estudo da Paisagem*, as pesquisas foram retomadas procurando-se estudar a partir de diferentes enfoques, a dieta alimentar, a construção da paisagem e a espacialidade Tupiguarani na Chapada do Araripe (Sena, 2007; Neto, 2008; Oliveira *et al.*, 2015; Amaral, 2015; Santos, 2015; Silva, 2017; Munita *et al.*, 2018; Nascimento, 2020).

Lembra-se ainda que durante a década de 1980, pesquisadores do Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE, estiveram na fazenda Xilili, no município de Sertânia, localizada na bacia do rio Moxotó, Depressão Sertaneja Meridional, a 600 m de altitude, às margens do Riacho do Mel. Em 1960 foram identificados quatro vasilhames parcialmente destruídos, nos quais de acordo com os moradores locais, possuíam remanescentes ósseos em deposição secundária. Vale ressaltar que a dois quilômetros a Noroeste dessa fazenda foi evidenciada uma área a céu aberto, de uma possível aldeia.

Assim, no sítio Xilili, o qual foi filiado à subtradição pintada da tradição Tupiguarani, foram realizadas duas coletas: a primeira, em uma área total de 3000 m², com artefatos cerâmicos relacionados aos remanescentes ósseos, com comprimento variando entre 15 e 20 cm e material lítico (Lima e Rocha, 1984).

A segunda, coleta, de fragmentos cerâmicos e lítico, foi realizada em uma área de 4000 m² na Aldeia. A cerâmica apresentava tratamento de superfície alisado e inciso, provavelmente eram vasilhames utilitários, com espessura entre 1 e 1,5 cm. O material lítico apresentava peças em quartzo, quartzito, sílex, calcedônia e ocre (Lima e Rocha, 1984).

Na bacia do rio Pajeú, as pesquisas arqueológicas foram iniciadas na década de 1980, sendo também coordenadas por Marcos Albuquerque, através do projeto *Cultivadores Pré-históricos do Semiárido Nordestino*. Segundo Cláudia Oliveira, que participou da pesquisa de campo, em retorno das pesquisas realizadas na Chapada do Araripe, localizaram no centro da cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, na época distrito do município de Triunfo, o sítio à céu aberto PE 123–PJA. Nele, foram encontrados ao lado da igreja católica, fragmentos cerâmicos, cuja datação, a partir de amostras de carvão ao redor dos artefatos, alcançou 510 anos antes do presente. Posteriormente, a partir desse sítio, Albuquerque (1991) definiu a fase Croatá, pertencente à tradição Tupiguarani.

A fase Croatá é encontrada, até o presente, em áreas de "brejo", microclima de altitude, em sua grande maioria. Apresenta aldeias amplas e de tendência circular. Entre o material cerâmico predomina os vasilhames decorados com uma pintura vermelha sobre um englobo branco. Foram encontrados inúmeros fragmentos decorados plasticamente. As formas cerâmicas são compatíveis com a utilização da mandioca e a área ocupada oferece condições edafoclimáticas favoráveis ao seu cultivo (Albuquerque, 1991: 116).

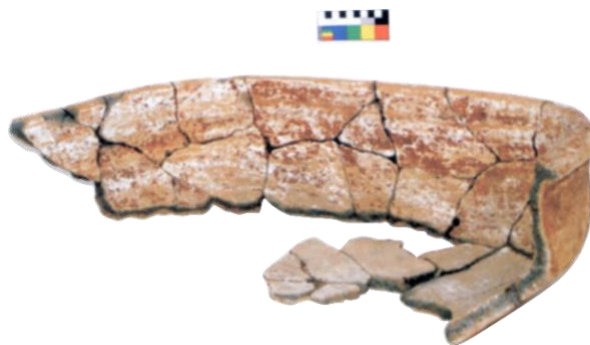


Figura 1: Vasilhame cerâmico de boca quadrangular parcialmente reconstituído a partir de fragmentos encontrados no sítio PE 123-PJA, em Santa Cruz da Baixa Verde, Pernambuco. Fonte: Adaptado de Albuquerque (2008).

Verifica-se que as áreas de brejo assumem uma posição de destaque em uma determinada região, por oferecerem recursos ambientais diferenciados em relação ao entorno. Essas áreas são de fundamental valor para se entender os processos de ocupação humana ao longo do tempo, sendo um terreno “fértil” para trabalhos de Biologia, Geografia Humana, Geomorfologia, Climatologia, além de pesquisas arqueológicas, as quais apontam evidências concretas no semiárido nordestino da inter-relação entre grupos pré-históricos e esses ambientes. Dessa forma, Martin (2013) ressalta que:

Especial importância têm os brejos no habitat pré-histórico, espécie de oásis em regiões extremamente secas, ou “ilhas de umidade” como as chama Aziz Ab’Saber, ou ainda “ilhas verdes”, segundo a definição do geógrafo pernambucano Mário Lacerda. Elas quebram a monotonia das condições físicas ecológicas dos sertões secos, devendo-se registrar que, na linguagem popular, chama-se “brejo” qualquer setor úmido existente na área de domínio do semiárido. Os brejos têm solos mais férteis, com filetes d’água, onde é possível o cultivo de quase todos os produtos e frutas típicas dos trópicos úmidos. O brejo é, portanto, um enclave tropical no semiárido. Essas manchas úmidas que dominam as encostas serranas situadas em regiões semiáridas. Têm meso-climas ilhados entre áreas de grandes deficiências hídricas (Martin, 2013: 51).

Ab’Saber (1999, p.17) define brejo como “um enclave de tropicalidade no meio semi-árido: uma ilha de paisagens úmidas, quentes ou subquentes, com solos de matas e sinais de antigas coberturas florestais, quebrando a continuidade dos sertões revestidos de caatingas”.

De acordo com Jatobá e Lins (2008), são encontrados no Nordeste seco, subespaços subúmidos e úmidos, os quais abrangem os brejos de altitude e de exposição, as faixas de transição, as faixas de areias, os brejos de fundo de vales úmidos e os fundos de vales irrigados. Tais subespaços formam as chamadas áreas de exceção, uma vez que apresentam excepcionalidade

nas feições de relevo, uso, economia, sociedade e demografia em relação ao entorno no qual estão situados.

Dentre essas áreas de exceção, os brejos de altitude apresentam como fatores caracterizadores o relevo e a exposição de suas vertentes à ação de ventos úmidos, que ajudam a formar, juntos de outras condições ecológicas, mesoclimas diferenciados que propiciam, dessa forma, a ocupação humana distinta e privilegiada em relação a outras áreas típicas do semiárido (Jatobá e Lins, 2008).

Áreas de brejo, dentre os mais variados tipos e inserção na paisagem, são estudadas, tanto quantitativo e qualitativamente, há muito mais tempo, desde o ponto de vista geográfico e principalmente biológico. Assim, podemos citar por exemplo os trabalhos de Andrade-Lima (1964), Lins (1989), Melo (1988) e Porto, Cabral e Tabarelli (2004).

Os brejos de altitude, portanto, são áreas de grande potencial para se compreender a ocupação e estratégias de subsistência de grupos pré-históricos. Estudos realizados na região da bacia do rio Pajeú, na serra do Arapuá, no município de Carnaubeira da Penha (Silva Júnior, 2000), apontam que essa área da serra atraiu diversos grupos no período colonial, que teriam fugidos em decorrência da ampliação das fazendas de gado e, naturalmente, pelo extermínio da população indígena, fato este comprovado por fontes históricas e arqueológicas. Essa serra faz parte atualmente da reserva dos indígenas Pankará.

Arqueologia Espacial e Padrão de Assentamento

As relações sobre a influência entre meio ambiente, recursos naturais e grupos humanos têm sido alvo de discussões em pesquisas arqueológicas desde o século XIX. As contribuições, particularmente desde pesquisadores escandinavos, seguem diferentes linhas teóricas e enfoques deterministas e possibilistas (Trigger, 2004).

No século XX, a Ecologia Cultural e seu enfoque determinista e materialista da cultura passam a estudar os processos de adaptação humana em um território e assim discutir as relações entre as diferentes áreas culturais, tecnologia e desenvolvimento cultural. Segundo Sanjuán (2005) e Trigger (2004), uma das formas que essa perspectiva neoevolucionista repercutiu na pesquisa arqueológica foi no surgimento da arqueologia de assentamentos, que posteriormente resultou na análise arqueológica espacial ou Arqueologia Espacial.

Gordon Willey revolucionou a Arqueologia no hemisfério ocidental com a utilização de fotografias aéreas verticais para localizar e mapear sítios arqueológicos e com o primeiro emprego do termo padrão de assentamento para entender os aspectos funcionais dos assentamentos no vale do rio Virú no Peru, dentro de uma perspectiva diacrônica (Feinman, 2015). Segundo Willey (1953), o conceito de padrão de assentamento é entendido como:

O meio pelo qual o homem se dispõe na paisagem em que vive. Se refere às habitações, seus arranjos, a natureza e disposição de outras construções pertencentes à vida comunitária. Esses assentamentos refletem o ambiente natural, o nível de tecnologia que os construtores operam e várias instituições de interação social e controle que a cultura mantinha. Porque padrões de assentamento são, em grande medida, diretamente moldados pelas necessidades culturalmente aceitas, eles oferecem o ponto de partida estratégico para a interpretação funcional das culturas arqueológicas (Willey, 1953, p. 1, tradução nossa).

Segundo Chang (1968), um assentamento arqueológico é considerado um local físico ou aglomerado de locais no qual ou nos quais os membros de um grupo viveram, asseguraram suas subsistências e dedicaram suas funções sociais em um determinado período.

As análises espaciais em Arqueologia têm oferecido grandes contribuições ao estudo do comportamento, organização social e diversas estruturas de grupos pretéritos, a partir de diferentes métodos e abordagens teóricas desde o século passado (Clarke, 1977; Seibert, 2006).

A Arqueologia Espacial, de acordo com Clarke (1977), consiste, portanto, na recuperação de informação oriunda de relações espaciais arqueológicas, como também no estudo das consequências espaciais de padrões de atividade homínida do passado dentro e entre contextos, estruturas e sua articulação dentro de sítios, sistemas de sítios e seus ambientes.

A questão da dinâmica da mobilidade e assentamento de grupos pré-históricos está estreitamente ligada aos modos de subsistência dos mesmos. Dessa forma, grupos caçadores coletores e grupos ceramistas horticultores possuem graus diferentes de exploração do meio ambiente e conseqüentemente padrões distintos de povoamento de um território.

As informações arqueológicas das atividades humanas no espaço podem ser obtidas a partir de três níveis: micro, semi micro e macro. O nível micro está relacionado a contextos individuais e estrutura. Esta é considerada com qualquer unidade em pequena escala construída ou selecionada que contém evidências da atividade humana e/ou consequência dela, como abrigos

naturais, salas, casas, túmulos etc.; o nível, semi micro, refere-se à análise espacial das estruturas dentro do próprio sítio. O terceiro nível, macro, refere-se ao estudo espacial, de caráter regional, entre diferentes sítios e o meio ambiente, da distribuição arqueológica de sítios em larga escala na paisagem e estratégias de ocupação (Clarke, 1977; Sanjuán, 2005).

Os estudos com foco na Arqueologia Espacial e padrão de assentamento nos permitem discutir, por exemplo, questões relacionadas à organização social e dinâmica cultural dos grupos pré-históricos em uma determinada região, como tipos e função de sítios arqueológicos, relações entre assentamentos e disponibilidade de matéria-prima, recursos ecológicos, além do processo de mobilidade e territorialidade.

Diversos autores têm se debruçado em pesquisas arqueológicas sobre as causas e fatores que influenciam o padrão de assentamento de grupos com diferentes organizações sociais, em diversos recortes temporais e continentes. Essas causas compreendem explicações de cunho ecológico, tecnológico, social, econômico, político, simbólico e bélico (Ardelean, 2004).

Ainda segundo o autor, existe uma casualidade entre o registro arqueológico e a sociedade que o produziu. Assim, considera-se o padrão de assentamento um aspecto analítico “fundamental” do registro arqueológico, uma “impressão” espacial da complexidade e dinâmica sociais, um reflexo da comunidade e manifestação tangível, cujos fatores de causa, sejam naturais e/ou antrópicos, se articulam de maneira necessária (Ardelean, 2004).

Hodder e Orton (1976), tomando como exemplo a distribuição dos fortes do Sudoeste da Inglaterra, levam em conta para a localização dos assentamentos uma gama de variáveis, como a distância a cursos d’água, tipo de solo e cobertura vegetal, localização de outros assentamentos, a defesa, a distância de materiais adequados para construção e a proximidade de rotas, caminhos e de mercados.

Trigger (1968) também busca entender os fatores determinantes do padrão de assentamento. Tais determinantes são definidas pelo autor como “classes de fatores que interagem entre si para produzir as configurações espaciais de um grupo social” (Trigger, 1968, p.53, tradução nossa). Dessa forma, concebe o estudo de padrão de assentamento em três níveis: construção individual ou estrutura, o primeiro e mais básico nível; o segundo nível, que consiste no modo que essas estruturas estão arranjadas dentro de uma comunidade; o terceiro nível é considerado como a forma que comunidades estão distribuídas e organizadas sobre a paisagem.

As construções e estruturas individuais, portanto, existem em todos os grupos com diferentes organizações sociais. Nas sociedades complexas tem-se uma variedade de estruturas, como vários tipos de casa, templos, fortes, tumbas etc. E até mesmo nas sociedades mais simples, casas uniformes que não possuem especialização funcional apresentam uma diversidade de fatores causais. Um desses fatores pode ser considerado como o modo de subsistência do grupo. Povos migratórios tendem a ter casas fáceis de transportar e/ou construir, do mesmo modo que povos agricultores semi sedentários podem se recusar a investir e se dedicar em construções mais do que povos completamente sedentários (Trigger, 1968).

Além disso, ainda segundo Trigger (1968), há os fatores ambientais, que influenciam na construção de casas, como a disponibilidade de materiais e o clima. Temos também as habilidades dos construtores e suas tecnologias. O tamanho e configuração de uma casa pode indicar as estruturas de uma família, riqueza, instituições sociais, especialização de produção, entre outras informações.

O segundo nível (*Community Layouts*), representa a configuração das estruturas que compõem uma dada comunidade. Trigger (1968) disserta que o tamanho máximo e estabilidade de uma comunidade são atributos limitados pelo meio ambiente e eficácia da tecnologia de subsistência. Esta, consiste nos meios de adquirir e produzir comida, assim como na capacidade de armazená-la, processá-la e transportá-la. Os meios de armazenar comida pode viabilizar que a população se expanda além do número que possa sobreviver em períodos de produção mínima. Já o processamento possibilita que alimentos sejam usados que de outra forma não seriam comestíveis, como nozes e a mandioca amarga. Por último, o transporte indica o tamanho da área na qual o alimento pode ser coletado e concentrado.

Sobre as escolhas de locais de assentamento, os grupos tendem a se estabelecer em lugares próximos de água potável, de fontes de alimento e, quando possível, em locais seguros e prazerosos. As configurações das comunidades também são influenciadas por fatores ecológicos, pela família e organização de parentesco, diferentes grupos étnicos, especialidade econômica etc. (Trigger, 1968).

Por último, o terceiro nível é chamado por Trigger (1968) de padrões zonais, (*Zonal Patterns*). Como aponta o autor, a densidade e distribuição da população em uma região seriam determinadas em grande parte pela disponibilidade de recursos naturais sob exploração dos moradores, como também os grupos se distanciariam de áreas pobres e/ou com outros perigos

iminentes. Questões políticas, bélicas, religiosas, de migração e mudança populacional também influenciariam o padrão de assentamento geral de um grupo (Trigger, 1968).

Fontes etnohistóricas quinhentistas e seiscentistas falam tanto da dinâmica espacial, quanto da organização da aldeia em geral dos grupos Tupinambá da costa brasileira. Encontramos, por exemplo, como fatores de influência na escolha dos assentamentos desses grupos a proximidade de fontes d'água, o potencial pedológico do local para a roça, presença de lenha, caça e pesca. O esgotamento do solo e recursos naturais também influenciariam a mudança para novos locais de ocupação (Scatamacchia e Moscoso, 1992).

No estado de Pernambuco, sobre essas questões, temos por exemplo, os trabalhos de Sena (2007) e Amaral (2015) sobre grupos ceramistas Tupiguarani na Chapada do Araripe, precisamente no município de Araripina, Pernambuco, que analisam o padrão de assentamento e as relações entre mobilidade, tecnologia cerâmica e recursos naturais desses grupos respectivamente. Além disso, dispomos da pesquisa de Lima (2006), que examina a ocupação desses grupos na zona da mata norte alagoana e zona da mata sul pernambucana.

No caso da ocorrência de grupos ceramistas Tupiguarani no semiárido pernambucano, Albuquerque (1991) disserta que não se trata de ocupações isoladas, e sim densas e bem distribuídas. Além disso, a densidade demográfica, estudada a partir do refugio arqueológico, parece não diferir das aldeias desses grupos localizadas na zona da mata pernambucana.

O Levantamento Arqueológico no Município de Triunfo

Para o mapeamento de grupos pré-históricos ceramistas no município de Triunfo, foi realizado, inicialmente, o levantamento bibliográfico acerca de sua ocupação no Estado de Pernambuco, principalmente aquelas relacionadas ao semiárido pernambucano. Esse levantamento abrangeu também os trabalhos sobre a terminologia e metodologia para o estudo da cerâmica (Chymz, 1976; Alves, Luna e Nascimento, 1991; Oliveira, 2000, 2002, *et al.*, 2006, 2009).

Nas atividades de campo, foram desenvolvidas intervenções de superfície utilizando o Reconhecimento Arqueológico de Território. Tal método tem sofrido importantes transformações epistemológicas e se constitui com uma ferramenta de grande importância para se compreender a territorialidade e outras dinâmicas culturais de grupos passados. Essa importância ocorreu principalmente no surgimento da Nova Arqueologia (Sanjuán, 2005).

[...] até meados dos anos 1970, o reconhecimento arqueológico do território experimenta uma impactante transformação que o põe a altura (ou inclusive por cima) da escavação arqueológica como instrumento para a interpretação do passado através dos vestígios materiais. Essa transformação se deve uma parte, ao impulso epistemológico que a Nova Arqueologia (através da Ecologia Cultural) outorga a análise da territorialidade das sociedades passadas. Por outra, tem sido consequência da necessidade prática de identificar e localizar (e em seu caso resgatar), as evidências arqueológicas em uma sociedade industrial onde a expansão urbanística ameaça constantemente com deteriorar o precioso legado material do nosso passado (Sanjuán, 2005, p. 62, tradução nossa).

O Reconhecimento Arqueológico de Território é caracterizado como um conjunto de métodos e procedimentos que são utilizados na pesquisa arqueológica buscando identificar sítios arqueológicos e vestígios da ocupação humana na superfície terrestre sem o emprego da escavação. Como exemplos desses procedimentos usados em um reconhecimento, temos o reconhecimento superficial direto ou prospecção terrestre, explorações aéreas e espaciais, a prospecção geofísica, edafológica e a geoarqueológica (Sanjuán, 2005).

Os resultados de uma prospecção arqueológica de superfície possuem fundamental importância para se entender por exemplo, a distribuição humana em um determinado território, suas formas de adaptação e exploração ao meio ambiente, interação entre diferentes grupos, relações entre padrão de assentamento e geomorfologia, pedologia e hipsometria. A prospecção também pode resultar na escolha de possíveis prioridades em sítios a serem escavados em uma determinada região, levando em conta o que possui maior potencial de informação ou o que pode responder aos objetivos de um projeto de pesquisa (Sanjuán, 2005).

Quanto maior seja a intensidade da prospecção, maior será a probabilidade de ser encontrar sítios arqueológicos. Entretanto, o pesquisador deve ter em mente que um trabalho de reconhecimento arqueológico de superfície de uma área nunca será atingido de forma completa. Isto devido a dois fatores, cultural e físico. O primeiro refere-se à formação acadêmica do indivíduo, que dependendo do seu objeto de estudo, só buscará por sítios relacionados ao seu trabalho, podendo passar despercebido outros tipos de sítios. O fator físico está relacionado à limitação do tipo de material ao longo do tempo que a visão do pesquisador está habituada ou treinada a ver (Sanjuán, 2005; Bicho, 2006).

Usando o Reconhecimento Arqueológico de Território como arcabouço e com delimitação administrativa e geográfica definidas, foram realizadas prospecções de superfície na área de brejo de altitude do município de Triunfo, localizada nas Serras Ocidentais do Planalto da Borborema, como também na região dominada pelo Pediplano Central, com o objetivo de

identificar evidências da ocupação de grupos pré-históricos ceramistas nesses ambientes (Sanjuán, 2005).

Como planejamento prévio para auxiliar na escolha das áreas a serem prospectadas, foram consultadas imagens de satélite do Google Earth (2013 e 2020) e mapas planialtimétricos do município nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000, adquiridos no Instituto de Tecnologia de Pernambuco (Itep).

Devido à importância e necessidade de se entender a distribuição espacial de sítios e a ocupação humana em um território sob diversas variáveis ambientais, por exemplo os mapas se comportam tanto como fonte, quanto saída de informações arqueológicas identificadas durante uma prospecção. Outro elemento do levantamento documental que foi levado em consideração é a toponímia, que pode indicar áreas de interesse arqueológico. Dessa forma, locais chamados de Pedra do Letreiro ou Pedra Escrita podem possivelmente estar relacionados à localização de sítios de grafismos rupestres (Sanjuán, 2005).

Para o levantamento arqueológico foi utilizado, um GPS Garmin eTrex 30x, a cartografia digital, SIG (Sistema de Informações Geográficas) para o georreferenciamento das áreas percorridas e pontos de interesse, sendo possível a criação de mapas temáticos como hipsométrico e hidrográfico, pedológico, geomorfológico e geológico para compreender os recursos ambientais e a paisagem do entorno do(s) sítio(s).

O Meio Ambiente

O município de Triunfo está localizado na mesorregião do sertão pernambucano, precisamente na microrregião do Sertão do Pajeú. Limita-se ao Norte com o estado da Paraíba; ao Sul, com o município de Calumbi; a Leste, com o município de Flores e a Oeste, com o município de Santa Cruz da Baixa Verde, que fazia parte do território triunfense, sendo emancipado em 1991 (Figura 2).

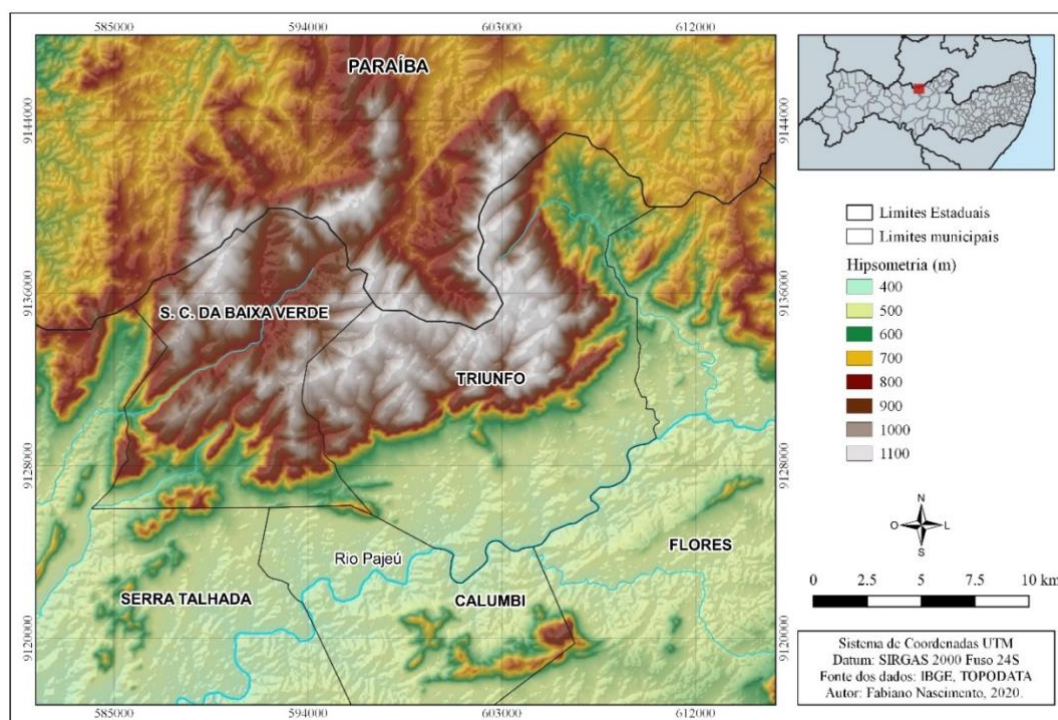


Figura 2: Localização do município de Triunfo, Pernambuco. Fonte: Fabiano Nascimento (2020).

Geomorfologicamente, seu território possui dois compartimentos de relevo bem distintos. A maior porção está situada sobre as Serras Ocidentais do Planalto da Borborema, que equivale a 109,04 km² (58,27%) do município e é composta por maiores cotas altimétricas, onde encontra-se o segundo ponto mais alto de Pernambuco, Pico do Papagaio, com 1185 m de altitude (ibge, 2019). O outro compartimento, chamado de Pediplano Central do Planalto da Borborema, correspondendo a 78,09 km² (41,73%) do território municipal, é onde encontra-se o típico relevo do semiárido, com superfícies aplainadas pela erosão e com altitudes variando de 400 a 500 m¹ (Figura 2). A cidade de Triunfo está sob as Serras Ocidentais, fazendo dela a cidade mais alta do estado de Pernambuco, com altitude média de 1010 m.

O atual contexto arqueológico das Serras Ocidentais demonstra que ambas as porções, pernambucana e paraibana, foram utilizadas por grupos autores de grafismos rupestres, cujas evidências são encontradas em abrigos sob rocha com e sem pacote sedimentar e afloramentos (Pessis *et al.*, 2017). Tais serras apresentam suportes rochosos propícios para a prática gráfica. Encontra-se bem próximo dos limites do município de Triunfo, mas já na Paraíba um sítio de grafismos rupestres com 1074 m de altitude situado em um matacão sobre um afloramento,

1 <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>

atestando, dessa maneira, o potencial do brejo de altitude para atrair diversos grupos pré-históricos.

Estando inserido totalmente na bacia hidrográfica do rio Pajeú, a maior do estado de Pernambuco e afluente da bacia do rio São Francisco, o município de Triunfo possui os riachos da Velha, da Carnaubinha e da Oiticica como principais tributários intermitentes do rio Pajeú. Este corta o município de Leste a Sul, no Pediplano Central (Figura 2) (cprm, 2005).

A vegetação do município de Triunfo é composta por floresta subcaducifólia e seu clima é Aw', tropical de brejo de altitude. Com relação à temperatura, esta oscila de 8º C no inverno e 28º C no verão, enquanto o índice pluviométrico médio anual é de 1222 mm, com maior volume de chuva nos meses de março e abril, com sete meses de seca. Este índice de chuvas é muito superior que a média para o município vizinho, Flores, com 431,8 mm, que possui a maior parte de seu território sob o Pediplano Central do Planalto da Borborema (Corrêa, 1997; cprm, 2005; Melo *et al.*, 2013). De acordo com os dados do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), o índice pluviométrico para o município de Triunfo referente ao ano de 2019 foi de 1.267 mm².

Sobre a composição florística da área de brejo com 1100 e 900 m de altitude em Triunfo, comparando com locais com cotas altimétricas de 700 e 500 m em Serra Talhada, foi demonstrada uma maior diversidade de espécies de arbustos, árvores e cipós nas duas primeiras áreas, com 73 e 82 espécies e 30 e 37 famílias, respectivamente. Para as áreas de 1100 e 900 m, a diversidade florística é atribuída às condições ambientais excepcionais, como maior índice de chuvas e umidade relativa, menor temperatura, como também maior fertilidade do solo (Ferraz, Rodal, Sampaio, Pereira, 1998).

Com relação à Pedologia, encontramos no trecho das Serras Ocidentais do município a presença de Cambissolo Háplico, Neossolo Lítico e Argissolo Vermelho, que correspondem a 55,88%, 8,33% e 0,35% do território municipal, respectivamente. Para a área do Pediplano Central, há a ocorrência também de Neossolo Lítico e predominância de Luvisolo Crômico, este perfazendo 35,44% do município³.

Os Cambissolos são caracterizados por serem pouco desenvolvidos e possuem uma boa reserva de nutrientes e capacidade de armazenar água, apresentando potencial para agricultura

2 http://www.ipa.br/indice_pluv.php

3 <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/pedologia>

irrigada. Porém, suas limitações são risco de erosão, pedregosidade, rochosidade e associação com relevo ondulado. É utilizado tanto para agricultura de curta duração quanto perene, pastagem e agricultura irrigada. Os Neossolos litólicos são solos minerais poucos desenvolvidos, rasos e pedregosos. Possuem fertilidade natural alta quando são derivados de rochas básicas ou calcárias. Suas limitações são a pequena profundidade, baixa capacidade de armazenar água, pedregosidade, rochosidade e possibilidade de erosão (Marques *et al.*, 2014).

Os Argissolos, nas cores vermelhas, vermelho amarelas, amarelas, acinzentadas ou brunadas, são bem desenvolvidos e drenados, apresentando profundidade. Possuem capacidade de armazenar água e efluentes, potencial para mecanização agrícola e agricultura irrigada. Entretanto têm baixa fertilidade natural, alta suscetibilidade de erosão quando possuem mudança textural de forma abrupta em associação com relevo movimentado. Por último, os Luvisolos são rasos e pouco profundos e são típicos do ambiente semiárido, apresentando bases e argila de alta atividade. São ricos em nutrientes (Ca²⁺, Mg²⁺ e K⁺). Suas limitações são a alta possibilidade de erosão, pedregosidade superficial, pouca profundidade, consistência muito dura quando secos, risco de salinização e solonização (Marques *et al.*, 2014).

Sítio Triunfo I

No município de Triunfo foram percorridos ambientes propícios para o assentamento e dinâmica espacial dos grupos pré-históricos ceramistas nas margens e proximidades de cursos d'água, como também áreas de alta, média e baixas vertentes.

Alguns moradores informaram que no Pediplano (região localmente conhecida como “sertão”), teria sido encontrada uma “botija” de cerâmica e que estava no museu da cidade. Essa área foi prospectada buscando-se o contexto arqueológico e outras informações sobre manchas, artefatos cerâmicos e líticos. Nesta área foram localizados apenas alguns fragmentos de bordas cerâmicas alisadas que poderiam ser associadas aos grupos Tupi.

Posteriormente, verifica-se no museu que as peças relacionadas à botija, faziam parte de três vasilhames cerâmicos completos, os quais foram analisados, sendo caracterizados como produção tecnológica de grupos Tupi.

O Sítio Triunfo I pode ser caracterizado como um sítio pré-histórico, lito cerâmico a céu aberto, o qual fica localizado no Pediplano Central do Planalto da Borborema, a 527 m de altitude, no

povoado conhecido como Carro Quebrado (Figura 3). Este local encontra-se próximo a diversas fontes d'água, a 140 m a Leste da margem esquerda do riacho do Pinga, 2,6 km a Oeste do riacho do Brejo e 4,4 km ao Norte da margem direita do rio Pajeú (Figura 5).

Os grupos ceramistas que ocuparam esse espaço tinham, portanto, grandes possibilidades de acesso a recursos hídricos, principalmente dos riachos intermitentes citados, que descem das Serras Ocidentais e que atravessam o Pediplano até desaguar no rio Pajeú, este também outra grande fonte de recursos hídricos, florísticos e faunísticos.

A área foi descoberta durante uma escavação para a obtenção de barro com a finalidade de fabricar tijolos (Figura 3). Os proprietários do terreno evidenciaram, a aproximadamente 1,20 m de profundidade, vasilhames cerâmicos, dentre os quais, um recipiente com carvão. Fazia parte desse conjunto quatro vasilhames inteiros, entretanto a tampa da urna foi fragmentada e extraviada, restando apenas três vasilhames. Os dois menores estavam dentro do vasilhame maior, a urna. O recipiente menor apresenta decoração externa pintada com finas linhas vermelhas horizontais e verticais e pontos pretos sob engobo branco da borda até o bojo (Quadro 1).



Figura 3: Vista geral do sítio Triunfo I, na porção onde foram encontrados os vasilhames, em segundo plano. Fonte: Fabiano Nascimento (2020).

Segundo os moradores, durante a escavação e retirada dos vasilhames também não foram encontradas evidências de outros recipientes em conjunto, nem manchas escuras em profundidade, que pudessem fornecer dados sobre a espacialidade ou outras atividades na área de habitação desses grupos. Possivelmente, a urna encontrada foi enterrada de forma individual e fora dos limites da aldeia ou na sua proximidade.

Na área desse sítio foi traçada uma poligonal medindo 205 m de comprimento por 140 m de largura, totalizando uma área de 28.700 m², onde verifica-se a presença da residência dos

moradores, uma cisterna calçadão, além de uma área agricultável (Figura 4), onde são plantadas cana de açúcar (*Saccharum officinarum*), mandioca (*Manihot esculenta*), feijão guandu (*Cajanus cajan*) e fruteiras, como manga (*Mangifera indica*), limão (*Citrus limon*), pinha (*Annona squamosa*), caju (*Anacardium occidentale*) e banana (*Musa spp.*). Na área da poligonal há a presença também de remanescentes de caatinga arbustiva, com predominância de rasga beirão (*Piptadenia stipulacea* (Benth) Ducke).

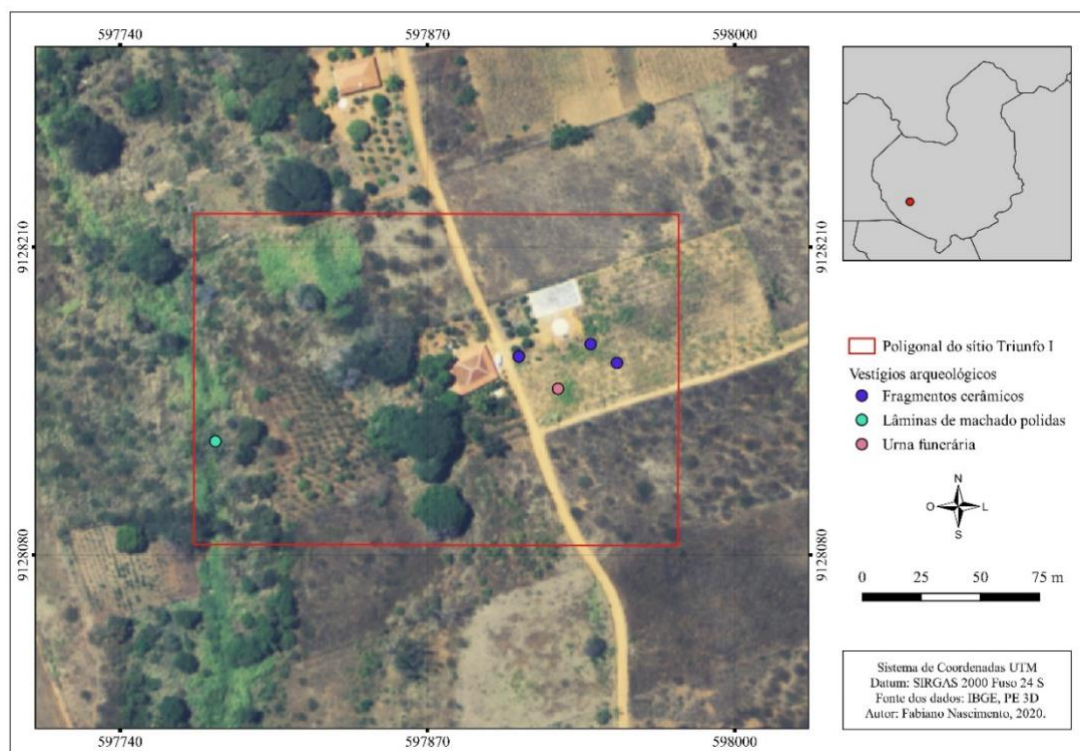


Figura 4: Poligonal e distribuição espacial dos artefatos identificados no sítio Triunfo I. Fonte: Fabiano Nascimento (2020).

Na área da poligonal traçada foi possível ainda verificar novos fragmentos cerâmicos, inclusive pintados, nas proximidades onde foi retirada a urna. Além disso, os moradores apresentaram duas lâminas de machado polidas que teriam sido encontradas no sítio. Outros artefatos apresentados pelos moradores foram uma lasca retocada e um núcleo, que teriam sido encontrados às margens do riacho do Pinga, onde existe grande quantidade de blocos de granito.

No quadro abaixo (Quadro 1), temos maiores informações sobre os vasilhames inteiros identificados no sítio pelos moradores, os quais encontram-se atualmente no Museu da Cidade de Triunfo.

Quadro 1: Informações detalhadas dos vasilhames completos identificados no sítio Triunfo I, município de Triunfo, Pernambuco.

	<p>Altura: 31,5 cm Espessura: 1,3 cm Diâmetro da boca: 22,3 cm Lábio: Arredondado Borda: Levemente extrovertida Base: Arredondada Queima: Completa</p> <p>Segundo a moradora esse vasilhame apresentava decoração externa pintada (linhas vermelhas) sob engobo branco do lábio até o bojo, porém foi lavada. Ainda são encontrados vestígios da pintura e engobo, mas não é possível discutir o padrão da pintura de forma clara. Há uma marca de perfuração próximo ao bojo causada pela enxada durante a descoberta dos vasilhames.</p>
	<p>Altura: 11,5cm Espessura: 0,7 cm Diâmetro da boca: 7,9 cm Lábio: Arredondado Borda: Direta Base: Arredondada Queima: Completa</p> <p>Na superfície externa do recipiente são encontrados vestígios de pintura vermelha. Grande parte da borda encontra-se fragmentada, o que indicaria uma possível reutilização do vasilhame.</p>
	<p>Altura: 9,4 cm Espessura: 0,7 cm Diâmetro da boca: 11,7 cm Lábio: Arredondado Borda: Direta Base: Plana Queima: Completa</p> <p>O vasilhame apresenta decoração externa pintada, com presença de linhas vermelhas horizontais e verticais alternadas com pontos pretos. Há também três linhas mais grossas: uma vermelha no lábio, abaixo desta, uma preta e uma linha vermelha no bojo.</p> <p>Neste vasilhame os moradores identificaram carvão, estando no interior do vasilhame anterior, que estava dentro do vasilhame maior.</p> <p>Grande parte da borda encontra-se fragmentada, o que indicaria uma possível reutilização do vasilhame.</p>

O sítio Triunfo I dista em linha reta 8,4 km a Sudeste do outro sítio relacionado aos grupos Tupi identificado na década de 1980, registrado por Marcos Albuquerque de PE 123–PJA, como foi referido anteriormente, o qual encontra-se localizado nas Serras Ocidentais do Planalto da Borborema, no município de Santa Cruz da Baixa Verde, datado entre em 510 anos (Figura 5).

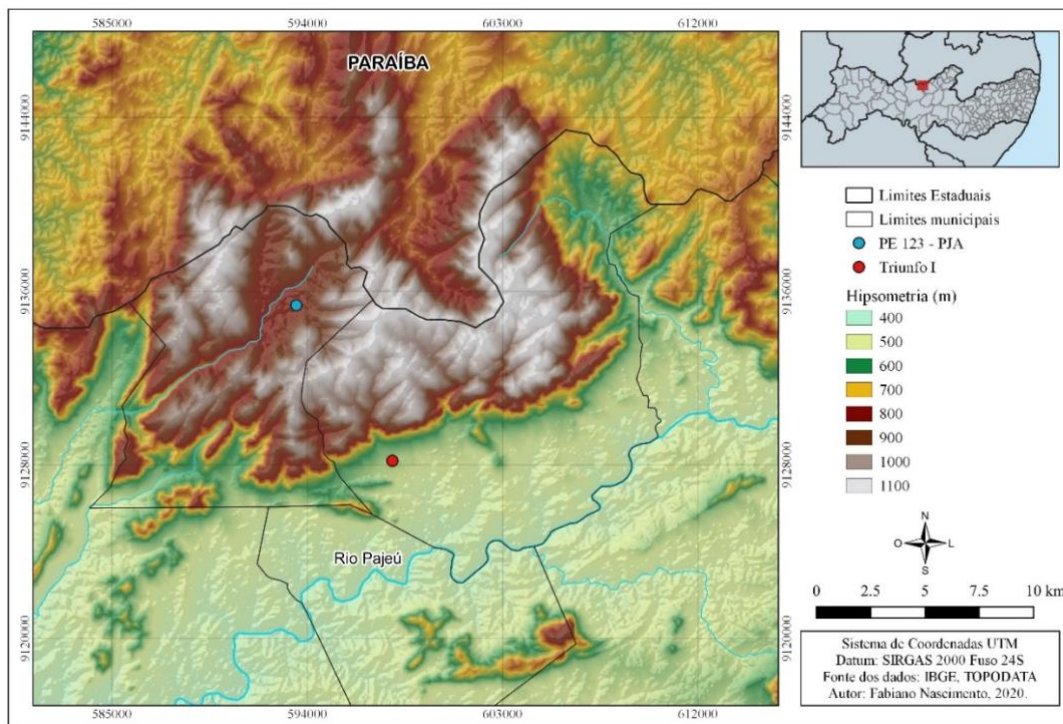


Figura 5: Localização dos sítios arqueológicos PE 123 – PJA e Triunfo I, nos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo, respectivamente. Fonte: Fabiano Nascimento (2020).

Considerações Finais

As pesquisas arqueológicas sistemáticas no semiárido pernambucano demonstram que essa região foi ocupada por grupos ceramistas com diferentes padrões de assentamento e tecnologia cerâmica com cronologias que alcançam os 4.200 anos. Haveria ocupações consolidadas e adaptadas à caatinga muito antes da chegada dos colonizadores e do processo de interiorização da pecuária (Oliveira, 2006; Oliveira, 2009).

Em grande parte da área prospectada nesta etapa do projeto, verificou-se considerável quantidade de artefatos do período histórico, dos séculos XIX e XX, como fragmentos de grés, louças, cerâmicas populares, vidros, além de materiais construtivos. Em contrapartida, durante as pesquisas de campo realizadas em 2013 e 2020, não foram identificadas evidências de grupos

pré-coloniais na área de brejo de altitude. Porém, a identificação de vasilhames cerâmicos de grupos Tupi no Pediplano Central do Planalto da Borborema abre um leque de discussões nos mais variados temas, como a expansão e a mobilidade desses grupos no semiárido de Pernambuco.

A ocupação de grupos pré-históricos ceramistas da tradição Tupiguarani foi comprovada no sertão de Pernambuco desde a década de 1980. Os quais foram localizados nos municípios de Araripina, Sertânia e município de Santa Cruz da Baixa Verde. Tais ocupações, conforme Albuquerque (1991), contrariaram o modelo das ocupações desses grupos em áreas de Floresta Tropical, elaborado pela Ecologia Cultural.

Analisando a distribuição espacial desses sítios, verifica-se que os sítios do Pajeú distam aproximadamente 260 km em linha reta dos sítios de Araripina e 113 km do sítio Xilili, em Sertânia. No municio de Araripina, os sítios estão localizados no topo da Chapada do Araripe e no Patamar Sertanejo.

Com relação ao padrão de assentamento, no município de Araripina encontramos vinte e seis sítios arqueológicos localizados tanto no topo da chapada, com altitudes mais altas, quanto no Patamar Sertanejo. No Pajeú, o padrão de assentamento desses grupos também variou entre locais com maior altitude, como o sítio PE 123–PJA, localizado nas Serras Ocidentais do Planalto da Borborema e com menor altitude, como o Triunfo I, situado no Pedimento Central do Planalto da Borborema. Já o sítio Xilili, localiza-se na Depressão Sertaneja Meridional, com 600 m de altitude.

Dessa forma, estes grupos ocuparam os seguintes compartimentos no Estado de Pernambuco: a Depressão Sertaneja Meridional, o Pediplano Central do Planalto da Borborema, o Patamar Sertanejo, a Chapada do Araripe e as Serras Ocidentais do Planalto da Borborema. Segundo Albuquerque (1991), o trecho das Serras Ocidentais do Planalto da Borborema apresenta compatibilidade para a produção de mandioca e a cerâmica encontrada em Santa Cruz da Baixa Verde possui formas que indicam o seu processamento.

A variável hidrografia é documentada do mesmo modo em fontes etnohistóricas e arqueológicas como sendo de grande influência na escolha dos locais de assentamento e dinâmica espacial de grupos tanto Tupi-guarani, quanto filiados à tradição Tupiguarani (Brochado, 1980; Scatamacchia e Moscoso, 1992; Prous, 1992; Sena, 2007).

Sobre a distância dos sítios arqueológicos Tupiguarani em relação a cursos d'água, segundo Sena (2007), a maioria dos sítios identificados no município de Araripina estão localizados em linha reta, a uma distância até 1,5 km de riachos secundários. Já os sítios distando 2,5 a 3,5 km, estão situados na área da chapada. Tal raio de distância em relação a cursos d'água intermitentes também é compatível com os sítios no Pajeú e Sertânia.

A produção da cerâmica encontrada nos sítios das áreas de Araripina, Sertânia e do Pajeú, apresenta uma tecnologia semelhante, com decoração pintada na superfície externa e interna dos vasilhames, com uma variedade de motivos geométricos, pontos e faixas, linhas longitudinais e verticais com o uso das cores branca, vermelha, marrom, preta e cinza (Oliveira, 2009). A decoração plástica, como o unglado, serrilhado e inciso, sempre em uma frequência muito pequena, foi encontrada em alguns sítios de Araripina, em Santa Cruz da Baixa Verde e em Sertânia.

Outras variáveis técnicas e morfológicas dos fragmentos e recipientes cerâmicos dos sítios do Pajeú, de Araripina e no Xilili, em Sertânia, também são semelhantes, como a pasta com antiplástico de caco mais areia e bolo de argila, lábios arredondados, bordas diretas e reforçadas externamente, bases planas e bocas quadrangulares. A espessura das paredes das vasilhas varia entre 1,3 e 3 cm (Oliveira, 2009).

A presença de material lítico no sítio Triunfo I pode abrir discussões sobre a tecnologia lítica lascada e polida dos grupos ceramistas que ocuparam tal sítio, cuja coleção é representada até o momento por duas lâminas de machado polidas, uma lasca e um núcleo. Nas margens do riacho do Pinga, nas proximidades do sítio, encontra-se grande quantidade de blocos em granito, que poderiam fornecer suportes propícios para amoladores polidores fixos e móveis visando a produção de lâminas de machado, pilão do tipo fixo e móvel, mãos de pilão e adornos.

Tudo indica que as matérias primas, tanto da lasca quanto do núcleo, são exógenas. Esse fato levanta questões sobre o comércio entre grupos, mobilidade logística de captação de suportes rochosos e minerais propícios para o lascamento e até mesmo sobre rotas de povoamento.

O compartimento de relevo das Serras Ocidentais foi ocupado por grupos ceramistas Tupiguarani em outros locais de Pernambuco e do Nordeste, como no município vizinho a Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde (já citado anteriormente); no Pico do Jabre, localizado no município de Maturéia, no estado da Paraíba e na Serra de Santana, semiárido potiguar, demonstrando assim o potencial ainda pouco explorado dessas serras na porção pernambucana

para discutirmos a ocupação, mobilidade e padrão de assentamento desses grupos (Albuquerque, 1971; Nogueira, 2011; Sena, 2013).

A ocupação das Serras Ocidentais, além da aptidão dos fatores ecológicos, poderia ser propícia devido a questões de defesa e observação do território. Do alto das serras tem-se uma ampla visibilidade do Pediplano Central do Planalto da Borborema ao Sul. Em Araripina, a maioria dos sítios do topo da Chapada estão localizados nas bordas das Serras que formam a porção ocidental da Chapada do Araripe (Sena, 2007).

A continuidade das pesquisas arqueológicas, portanto, como intervenções de superfície e subsuperfície, na área de brejo de altitude e em outras áreas do Pediplano do município de Triunfo, podem gerar informações contextualizadas e posteriores discussões mais profícuas sobre o processo de ocupação, áreas de atividades, fontes de matérias-primas, tecnologia lítica e cerâmica, cronologia e organização desses grupos ceramistas na bacia do rio Pajeú e no semiárido pernambucano.

Referências

- AB'SABER, A. N. 1999. Sertões e Sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida. Instituto de Estudos Avançados, v. 13, n. 36, p. 07-59.
- ALBUQUERQUE, M. 1971. Considerações Acerca do Paleoameríndio no Nordeste do Brasil. In: VASCONCELOS SOBRINHO, J., (Org.), *As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização*. Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, Recife, p. 275-279.
- ALBUQUERQUE, M. 1991. A Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco. *Clio - Série Arqueológica*, n. 4, p. 115-116.
- ALBUQUERQUE, M. 2008. Recipientes Cerâmicos de Grupos Tupi no Nordeste Brasileiro. In: PROUS, A.; LIMA, T. A., (Org.), *Os Ceramistas Tupiguarani*. Sigma, Belo Horizonte, p. 67-89.
- ALVES, C.; LUNA, S.; NASCIMENTO. 1991. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil: Novas Perspectivas Analíticas. *Clio Arqueológica*, v. 1, n. 7, p. 11-60.
- AMARAL, A. 2015. *Andanças Tupiguarani na Chapada do Araripe: Análises das Correlações entre Mobilidade Humana, Tecnologia Cerâmica e Recursos Ambientais*. (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ANDRADE-LIMA, D. 1964. Esbôço Fitoecológico de Alguns “Brejos” de Pernambuco. IPA, Recife.

ARDELEAN, C. 2004. Factores Causales del Patrón de Assentamento en Arqueología. Boletín de Antropología Americana, n. 40, p. 99-138.

BICHO, N. 2006. Manual de Arqueologia Pré-histórica. Edições 70, Lisboa.

BROCHADO, J. 1980. A Tradição Cerâmica Tupiguarani na América do Sul. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, n. 3, p. 47-60.

CALDERÓN, V. 1967. Notícia Preliminar Sobre as Sequências Arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina, estado da Bahia. In: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS, Resultados preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, p. 107-120.

CHANG, K. 1968. Toward a Science of Prehistoric Society. In: CHANG, K., (Ed.), Settlement Archaeology. National Press Books, Palo Alto, p. 01-09.

CHYMZ, I. 1976. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. CEPA, Curitiba.

CORRÊA, A. C. B. 1997. Mapeamento Geomorfológico de Detalhe do Maciço da Serra da Baixa Verde: Estudo da Relação Entre a Distribuição dos Sistemas Geoambientais e a Compartimentação Geomorfológica. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CPRM. 2005. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: diagnóstico do município de Triunfo, estado de Pernambuco. CPRM/ PRODEEM, Recife.

CPRM. 2005. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: diagnóstico do município de Flores, estado de Pernambuco. CPRM/ PRODEEM, Recife.

FEINMAN, G. M. 2015. Settlement and Landscape Archaeology. In: WRIGHT, J. D., (Org.), International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. 2. ed. Elsevier, Amsterdam, v. 21, p. 654–658.

FERRAZ, E; RODAL, M; SAMPAIO, E; PEREIRA, R. 1998. Composição Florística em Trechos de Caatinga e Brejo de Altitude na região do Vale do Pajeú, Pernambuco. Revista Brasileira de Botânica, v. 21, n. 1, p.7-15.

IBGE. 2019. Anuário Estatístico do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, v. 79.

IBGE. 2020. Banco de Informações Ambientais. IBGE, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 out. 2020.

IPA. 2020. Sessão de Índices Pluviométricos. IPA, Recife. Disponível em: http://www.ipa.br/indice_pluv.php. Acesso em: 05 out. 2020.

HODDER, I.; ORTON, C. 1976. *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.

JATOBÁ, L.; LINS, R. C. 2008. *Introdução a Geomorfologia*. 5. ed. Bagaço, Recife.

SILVA JÚNIOR, L. S. 2000. Brejos de Altitude, Refúgios para Grupos Humanos no Sertão: O Caso da Serra do Arapuá, Floresta - PE. *Clio: Série Arqueológica*, n. 14, p.237-244.

LIMA, M. G.; ROCHA, J. S. 1984. Um Sítio Arqueológico Tupi-guarani da Subtradição Pintada no Sertão Pernambucano. *Clio*, n. 6, p. 39-46.

LIMA, C. F. M. 2006. *Padrão de Assentamento de Sítios Arqueológicos na Zona da Mata Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado)*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LINS, R. C. 1989. *As Áreas de Exceção do Agreste de Pernambuco*. Sudene, Recife: SUDENE.

MARQUES, F. A. *et al.* 2014. *Solos do Nordeste*. EMBRAPA, Recife.

MARTIN, G. 2013. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 5. ed. Editora Universitária da UFPE, Recife.

MELO, M. L. 1988. *Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco*. SUDENE, Recife.

MELO, J. A. A. *et al.* 2013. Análise do Índice de Vegetação da Diferença Normalizada para Cidade de Triunfo/PE Utilizando Imagens do Satélite Landsat 5 tm e o Algoritmo Sebal. In: *Workshop Internacional Sobre Água no Semiárido Brasileiro*, I. Realize Editora, Campina Grande.

MUNITA, C. *et al.* 2018. Estudo da Mobilidade Logística a partir da Caracterização Química da Cerâmica do “Sítio Capim” em Araripina, Pernambuco, Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. XV, n. 30, p. 179-190.

NASCIMENTO, F. 2013. Levantamento Arqueológico no Município de Triunfo - PE: O Estudo de Grupos Pré-históricos Ceramistas em Áreas de Brejo. (Monografia de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NASCIMENTO, F. 2020. Estudo da Variabilidade Artefactual da Cerâmica Pré-histórica dos Sítios Bandeira e Serra do Valado, Município De Araripina, Pernambuco. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NOGUEIRA, M. 2011. A Cerâmica Tupinambá na Serra de Santana-RN: o sítio arqueológico aldeia da serra de macaguá I. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

OLIVEIRA, C. 2002. Os Grupos Pré-históricos Ceramistas no Nordeste. In: ALMEIDA, L; GALINDO, M., (Eds.), Índios do Nordeste: Temas e Problemas 3. Editora da UFAL, Maceió.

OLIVEIRA, A. L. N. 2006. O Sítio Arqueológico Alcobaça: Sítio Referência no Vale do Catimbau – Buíque-PE. *Clio Arqueológica*, v. 2, n. 21, p. 05-39.

OLIVEIRA, C. 2000. Estilos Tecnológicos da Cerâmica Pré-histórica no Sudeste do Piauí. (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, C. *et al.* 2006. Grupos Pré-históricos Ceramistas da Chapada do Araripe: Prospecções Arqueológicas no município de Araripina – PE. *Clio Arqueológica*, v. 21, p. 333-350.

OLIVEIRA, C. A. 2009. As Fronteiras Tecnológicas de Grupos Pré-históricos Ceramistas do Nordeste. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P., (Org.), *Estudo da Arte das Pesquisas Arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. EDUFJF, Juiz de Fora, p. 131-150.

OLIVEIRA, C. *et al.* 2015. Investigações Arqueobotânicas na Cerâmica Pré-histórica de Araripina (Pernambuco): Aproximações Teórico-Metodológicas e Primeiros Resultados. *Revista Tarairiú*, v. 1, n. 10, p. 51-75.

PESSIS, A. M. *et al.* 2017. Caracterização dos Sítios Pré-históricos com Grafismos Rupestres no Estado de Pernambuco, Brasil. *Clio Arqueológica*, v. 32, n. 1, p. 165-188.

PORTO, K. C.; CABRAL, J. J. P.; TABARELLI, M. 2004. Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba: História Natural, Ecologia e Conservação. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Editora Unb, Brasília.

TRIGGER, B. 1968. The Determinants of Settlement Patterns. In: CHANG, K., (Ed.), *Settlement Archaeology*. National Press Books, Palo Alto, p. 53-78.

SANTOS, A. C. S. 2016. Os Grupos Pré-históricos Ceramistas da Chapada do Araripe: Estudo preliminar sobre formas de processamento e consumo de alimentos nos sítios Maracujá I e Valado. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANJUÁN, L. G. 2005. *Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio*. Ariel, Barcelona.

SCATAMACCHIA, M. C.; MOSCOSO, F. 1992. Análise do Padrão de Estabelecimento Tupi-guarani. *Revista de Antropologia*, v. 30-32, p. 37-58.

SEIBERT, J. 2006. Introduction. In: ROBERTSON, E.; SEIBERT, J.; FERNANDEZ, D.; ZENDER, M., (Eds), *Space and Spatial Analysis in Archaeology*. University of Calgary Press, Calgary.

SENA, V. K. 2007. Caracterização do Padrão de Assentamento de Grupos Ceramistas do Semiárido Pernambucano: um estudo de caso dos sítios arqueológicos de Araripina- PE. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SENA, V. K. 2013. Reconsiderando a Materialidade no Sítio Arqueológico Macaguá I. (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, A. 2017. Mudanças e Continuidades dos Padrões Decorativos da Cerâmica Tupiguarani: Sítio Maracujá I e Serra da Torre VII, Araripina-PE. (Trabalho de Conclusão), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TRIGGER, B. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. 2. edição. Odysseus Editora, São Paulo.

WILLEY, G. 1953. Prehistoric Settlement Patterns in the Virú Valley, Peru. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology, Washington, Bulletin n. 155.